

Os radicais insistem em conturbar o País

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Apesar de ser farta a distribuição de cafézinho e água na Assembleia Nacional Constituinte, parece estar faltando capim para um certo grupo de parlamentares. Não há outra explicação a não ser a fome para justificar a tresloucada tentativa de radicais e novos deputados em desconstituir o País. Eles insistem, não obstante a derrota sofrida segunda-feira, quando a maioria optou pela eleição da Mesa da Câmara, em seguida à da Mesa do Senado, configurando a instalação do Congresso ordinário, ainda que para reunir-se apenas emergencialmente.

Querem o caos. Vislumbram na oportunidade de tão inoportuno debate apenas um meio de tumultuar a Nova República e tirar, do tumulto, dividendos capazes de satisfazer seus planos obscuros. Está mais do que claro que a função fundamental da Assembleia Nacional Constituinte é redigir a nova Constituição. Para tanto, deputados e senadores são soberanos. Dispõem de todo o poder. Quem se insurge contra as normas e as instituições caracterizadas na atual Constituição — e é quase toda a Nação — tem motivo duplo para apressar os trabalhos e ver logo votada a nova Carta. Ela exprimirá o definitivo, a meta maior de quantos pretendam o restabelecimento pleno da democracia.

Mas os radicais, não. Uma série deles freqüentou os microfones da Assembleia Nacional Constituinte, ontem e anteontem, para exigir que antes de redigir a nova Constituição o plenário revogue esta ou aquela aberração do texto em vigor. É da lei ordinária. Não dá para entender, daí a sugestão de serem distribuídos feixes de capim entre eles. Ou dá muito bem, isto é, o que pretendem não é a remoção do lizo autoritário que em poucos meses sairá naturalmente pelo ralo; querem, na verdade, criar o caos. Visam tornar precários os poderes e as instituições constituídas para que, do vazio, surjam condições de estabelecer seus princípios e regimes arbitrários, excepcionais e prepotentes.

Ledo engano, e, só por cometê-lo, fazem jus a mais uns montes de capim. Porque se o caos for caracterizado, na hipótese de a maioria da Assembleia Nacional Constituinte voltar atrás e desconstituir o País, não serão eles os beneficiários. Muito ao contrário. Nada mais igual a um radical de esquerda do que um radical de direita, só que a direita, por aqui, se encontra mais bem estruturada e preparada. Não há de se boberar com ela, mas os bobos do extremo oposto vão repetindo os erros de sempre.

A atual Assembleia Nacional Constituinte, singular sob vários aspectos, foi convocada conforme as regras da Constituição em vigor. A Emenda nº 26, enviada pelo Executivo ao Legislativo, estabelece que os membros da Câmara e do Senado se reunirão unicameralmente, de for-

ma livre e soberana, para promulgar a nova Constituição depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta. Não há, juridicamente, como fugir da realidade: trata-se de um Congresso constituinte, até porque, uma vez promulgada a nova Carta, os constituintes permanecerão no exercício de seus mandatos de deputado e senador. Desconstituam-se, eles nem pensam nisso. Já para casa e submeter-se logo em seguida a novas eleições para uma nova legislatura, nem pensam.

Mas querem, em contrapartida, considerar os demais poderes e instituições desconstituídos e subordinados às suas normas e idiossincrasias. Sustentam dispor da prerrogativa de legislar ordinariamente e até de emendar a atual Constituição, enquanto a outra não vem, daqui a seis, sete ou oito meses. Trata-se de uma asneira, e se asneira pagasse imposto, como disse há dias o ministro Paulo Grossard, estaria resolvida a questão do déficit público.

Quanto menos durarem os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, melhor; mais depressa o País estará plenamente democratizado. Apesar de não haver prazo para o final dos trabalhos, a lógica e o bom senso determinam que quanto mais rápido melhor.

Os radicais falam em revogar as emergências, o estado de emergência, os decretos-leis, o decurso de prazo, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e tanta coisa, a mais herdada dos tempos do autoritarismo. Pois que o façam, mas pela votação de novos princípios na nova Constituição. Aliás, não deixa de ser estranho que nada tenham proposto durante os anos de 1985 e 1986, quando o antigo Congresso detinha o poder constituinte derivado e fez a tarefa pela metade, restabelecendo as eleições presidenciais diretas, assando com a sublegenda, estendendo o direito de voto ao analfabeto e tomando outras providências. Ficou faltando muita coisa, só que, agora, o momento é de operar com mais amplitude e dimensão. Redigir a nova Constituição, sem esses monstros, e pronto.

Fica evidente não serem a Lei de Segurança, a Lei de Imprensa, o decurso de prazo, os decretos-leis, o estado de emergência e as emergências constitucionais o alvo principal dos radicais. Eles desejam, mesmo, é abalar as estruturas da Nova República. Tornar o presidente, o Poder Judiciário e as demais instituições permanentes nacionais letra morta. Se puderem, até promover eleições presidenciais ainda este ano, simplesmente dando a José Sarney, o bilhete azul. Ou talvez queiram impedir definitivamente as eleições presidenciais diretas e criar um consulado, diretório ou soviete central. Ilusões que não durariam mais do que o tempo necessário à ingestão de um feixe de capim. Será melhor, por tudo isso, que se alimentem, agora, sem outras preocupações. G.C.